

## **A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NOS ESPAÇOS ESCOLARES**

Alessandra Petry<sup>1</sup>  
Cleusa Inês Ziesmann<sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, o cenário educacional brasileiro tem se transformado significativamente com o avanço das políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de atender às especificidades da comunidade surda, reconhecida não apenas como um grupo com necessidades educacionais específicas, mas como uma minoria linguística e cultural. A presença de estudantes surdos nas escolas regulares demanda mais do que infraestrutura acessível: exige uma formação docente qualificada, sensível e comprometida com práticas inclusivas. A ausência de preparo dos professores para lidar com a Língua de Sinais, com a cultura surda e com metodologias de ensino bilíngue compromete a efetivação do direito à educação com equidade.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a importância da formação docente para a efetivação da educação de surdos nos espaços escolares, refletindo sobre os desafios enfrentados pelos educadores, os marcos legais que sustentam a prática inclusiva, e as estratégias formativas que favorecem a construção de ambientes escolares bilíngues e acessíveis.

Assim, discutir a formação docente para a educação de surdos é essencial para compreender os caminhos e os desafios da inclusão no Brasil, sobretudo, no que se refere à construção de espaços escolares acessíveis, acolhedores e respeitosos às diferenças linguísticas e culturais.

### **1 METODOLOGIA**

A metodologia adotada para a elaboração deste resumo expandido é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e analítico-reflexiva. O estudo fundamenta-se na análise de um recorte específico de materiais selecionados com base em critérios de relevância, atualidade e contribuição teórica para o campo da educação de surdos. Entre os documentos legais considerados, destacam-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as Diretrizes para a Educação Bilíngue de Surdos, que oferecem o arcabouço normativo para a compreensão dos direitos educacionais dessa população. Além disso, foram analisados artigos científicos publicados nos últimos cinco anos em periódicos da área de educação, educação especial e linguística aplicada, priorizando estudos que abordam a formação de professores para atuação com estudantes surdos, práticas bilíngues e políticas educacionais inclusivas. Complementam esse corpus obras de

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Letras – Licenciatura, 9ª Fase/2025. Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Cerro Largo/RS. [alessandrapetry@gmail.com](mailto:alessandrapetry@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Orientadora. Profa. do Domínio Conexo e da Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Cerro Largo/RS. [cleusa.ziesmann@uffs.edu.br](mailto:cleusa.ziesmann@uffs.edu.br)

autores de referência na área, como Skliar (1998, 1999), que discute a surdez a partir de uma perspectiva sociocultural; Quadros (1997, 2004, 2005, 2006), que contribui com estudos sobre aquisição da linguagem e práticas bilíngues; e Lacerda (2006, 2016), que problematiza a inclusão escolar de surdos e os desafios enfrentados por docentes.

A análise empreendida assume caráter descritivo e crítico, com o intuito de identificar, sistematizar e refletir sobre os principais elementos teóricos e práticos relacionados à formação docente voltada à inclusão de estudantes surdos no contexto das políticas educacionais brasileiras. A delimitação do corpus e o diálogo com a literatura visam garantir a coerência interna do texto, evitando generalizações indevidas e permitindo a construção de inferências fundamentadas. Esse recorte também torna viável a abordagem do tema dentro dos limites de espaço e escopo próprios de um resumo expandido acadêmico.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de professores para atuar com estudantes surdos está diretamente relacionada à compreensão da surdez sob uma perspectiva sociolinguística e cultural. Autores como Skliar (1998), Quadros (2005), Ziesmann et al (2024) e Strobel (2009) defendem que o estudante surdo deve ser reconhecido como pertencente a uma comunidade linguística que utiliza a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal forma de comunicação e expressão.

A Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 são marcos legais que reconhecem a Libras como língua oficial da comunidade surda e obrigam a inclusão do seu ensino nos cursos de formação de professores. No entanto, a implementação efetiva dessas normativas ainda encontra entraves, como a superficialidade do ensino de Libras nas licenciaturas e a falta de articulação entre teoria e prática.

Com o reconhecimento da Libras, o aluno surdo foi incluído no sistema de ensino porque

As línguas de sinais, a comunidade surda, seus valores e sua cultura passam a receber a atenção de diversos profissionais de diferentes áreas. Surge então uma nova filosofia educacional para surdos, em que o bilinguismo se apresenta como base de ensino e aprendizagem (Goldfeld, 2002, p. 15).

Nesse sentido, a formação continuada surge como alternativa para suprir essas lacunas, especialmente quando articulada às necessidades reais da prática pedagógica. Segundo Gatti (2009), formações eficazes são aquelas que partem do cotidiano escolar e promovem a reflexão crítica dos docentes sobre suas práticas. No caso da educação de surdos, é essencial que a formação envolva conteúdos como bilinguismo, práticas visuais, cultura surda e elaboração de materiais acessíveis.

Além disso, é necessário destacar que a formação docente deve estar comprometida com os princípios da educação bilíngue, que reconhece a Libras como primeira língua (L1) e a língua portuguesa como segunda língua (L2) dos estudantes surdos. Essa concepção rompe com a lógica integracionista e propõe uma educação que respeita a diferença e promove o protagonismo dos sujeitos surdos no processo de aprendizagem.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica e documental revelou que, embora haja avanços significativos no campo legislativo e nas políticas públicas voltadas à educação de surdos, persistem lacunas na formação docente que comprometem a efetivação da inclusão escolar desse grupo. Os resultados apontam que muitos professores ainda ingressam no magistério sem formação adequada em Libras, com pouco ou nenhum conhecimento sobre bilinguismo e sobre a cultura surda, o que gera insegurança e dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Estudos de autores como Quadros e Schmiedt (2006) e Fernandes (2011) destacam que grande parte das licenciaturas trata a Libras como um componente curricular periférico, quando presente, o que não garante aos futuros docentes o desenvolvimento de competências linguísticas suficientes para atuar com estudantes surdos. Além disso, é comum que a formação inicial aborde a surdez a partir de uma perspectiva clínica ou deficietarista, desconsiderando os aspectos socioculturais da identidade surda.

Outro resultado importante verificado nos estudos analisados é que as formações continuadas, quando bem estruturadas e focadas no cotidiano da escola, contribuem significativamente para o aprimoramento das práticas pedagógicas. Iniciativas que envolvem oficinas práticas, diálogos com professores surdos, produção de materiais visuais e bilíngues, e uso de tecnologias assistivas têm favorecido a inclusão e o engajamento dos alunos surdos nas atividades escolares. No entanto, na concepção de Ziesmann *et all* (2024) essas formações ainda ocorrem de forma pontual e, muitas vezes, dependem do interesse individual dos professores, sem o devido respaldo institucional.

Nessa perspectiva, Quadros (2025), enfatiza que a preparação docente para atuar com estudantes surdos precisa ultrapassar a mera aprendizagem técnica da Língua Brasileira de Sinais (Libras), envolvendo uma compreensão mais ampla da surdez enquanto diferença linguística e cultural, e para tanto “é necessário que essa formação esteja ancorada em uma perspectiva inclusiva, que compreenda a surdez como diferença cultural e linguística, promovendo práticas pedagógicas bilíngues e visualmente acessíveis” (p.42).

A discussão também evidencia que a falta de articulação entre a formação dos professores e o projeto político-pedagógico das escolas impede a consolidação de uma proposta de educação bilíngue. Muitas escolas ainda veem a presença do estudante surdo como uma exceção que exige adaptações pontuais, em vez de construir uma proposta pedagógica inclusiva e permanente. Isso reforça a ideia de que a formação docente precisa ser coletiva e institucionalizada, superando a lógica da responsabilidade individual do professor.

Outro aspecto relevante é o impacto positivo da presença de professores bilíngues, professores surdos e intérpretes de Libras nos espaços escolares, conforme apontam pesquisas recentes. A convivência com profissionais surdos contribui não só para o aprendizado da Libras, mas também para a construção de uma escola mais democrática, que reconhece diferentes formas de ser, de comunicar e de aprender. A formação docente, nesse contexto, deve se abrir para experiências de interculturalidade e para o diálogo horizontal com a comunidade surda.

Por fim, a discussão revela que a efetivação de uma educação inclusiva e bilíngue para surdos depende do reconhecimento do professor como agente transformador, que precisa ser valorizado, apoiado e continuamente formado. A escola inclusiva se constrói quando o professor é preparado para ensinar com empatia, sensibilidade e conhecimento técnico, respeitando a singularidade de cada aluno.

## CONCLUSÃO

A formação docente é elemento central para a garantia do direito à educação de qualidade para estudantes surdos. Ela deve ser contínua, crítica e contextualizada, permitindo ao professor compreender e valorizar a surdez como diferença, e não como deficiência. O domínio da Libras, o conhecimento sobre a cultura surda e o uso de práticas pedagógicas visuais são essenciais para a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos.

Para que isso se torne realidade, é preciso que as políticas públicas educacionais invistam na formação inicial e continuada dos professores, incentivem a presença de profissionais surdos nos espaços escolares e garantam o acesso a materiais e práticas pedagógicas bilíngues. A transformação da escola em um espaço de respeito às diversidades linguísticas e culturais começa, inevitavelmente, pela valorização da formação dos educadores.

Assim, o compromisso com a inclusão de estudantes surdos ultrapassa o plano da legislação, pois se concretiza na sala de aula, no gesto do professor, na escuta atenta e na construção de práticas que acolhem, respeitam e promovem o aprendizado de todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 out. 2020.

FERNANDES, E. R. **Educação de surdos: a diferença em debate.** Petrópolis: Vozes, 2011.

GATTI, B. A. **Formação de professores: condições atuais e futuros desafios.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 30, p. 135–155, jan./abr. 2005.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** São Paulo: Plexus, 2002.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. H. Perspectivas para uma educação bilíngue. In: QUADROS, R. M. de (Org.). **Educação de surdos: o que cada professor precisa saber?** Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 25–36.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: construindo caminhos para uma educação bilíngue.** Brasília: LSB/UnB, 2005.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Müller de (Org.). **Educação bilíngue para surdos**: língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LACERDA, Cláudia Glat Figueiredo. Inclusão de alunos surdos: uma análise da prática pedagógica. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 19, n. 29, p. 25–38, 2006.

LACERDA, Cláudia Glat Figueiredo; SANTOS, Lucelma Pereira dos. Educação de surdos e inclusão escolar: desafios e possibilidades. In: ALMEIDA, Maria Amélia; SOUZA, Denise Paranhos de (Orgs.). **Educação especial**: desafios e perspectivas. Marília: ABPEE, 2016. p. 47–65.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. **Educação e exclusão**: abordagens sociológicas, filosóficas e pedagógicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1999.

STROBEL, K. **Surdez: interfaces entre educação e os estudos culturais**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ZIESMANN, C. I.; THOMAS, I. F.; RAUCH, B. K. S.; BATISTA, J. F. A importância da disciplina de libras na formação de professores: uma análise sob a perspectiva histórico-cultural a partir de relatos de alunos em cursos de licenciatura. In: Keli Krause; Cleusa Inês Ziesmann; Marcell L. P. Romeu. (Org.). **Produções e pesquisas acadêmicas em LIBRAS**: perspectivas da educação de surdos. 1ed. Cruz Alta: Editora Ilustração, 2024, v. 1, p. 211-232.